

ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO 2ª CÂMARA CRIMINAL SESSÃO DE 5 DE MAIO DE 2022 HABEAS CORPUS Nº 0822549-83.2021.8.10.0000 IMPETRANTE (S) : EDSON SILVA DE SÁ JÚNIOR ADV.(A/S) : EDSON SILVA DE SÁ JÚNIOR – MA8373 IMPETRADO (S) : JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE ICATU – MA PACIENTE (S) : MADNILSON LIMA COSTA RELATOR : DESEMBARGADOR Francisco RONALDO MACIEL Oliveira EMENTA PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. PRISÃO PREVENTIVA. CUSTÓDIA PROVISÓRIA QUE JÁ DURA QUASE QUATRO ANOS. AUSÊNCIA DE PREVISÃO DE DATA DE JULGAMENTO. ILEGALIDADE RECONHECIDA. ORDEM CONCEDIDA. 1. O longo tempo de custódia cautelar – mais de 3 anos da pronúncia e quase 4 no total – e levando em consideração os repetidos cancelamentos da sessão do júri e a falta de previsão de nova data – muito embora o julgamento do conflito de jurisdição já esteja pautado para data próxima –, permite a conclusão de desarrazoada duração da prisão, o que demonstra ilegalidade a ensejar a concessão da ordem pleiteada. 2. Conquanto seja desproporcional a manutenção da prisão, faz-se necessária a aplicação de medidas cautelares menos gravosas, de modo a acautelar a ordem pública, dada a gravidade concreta do crime imputado ao recorrente, evidenciada pelo modo de execução empregado no seu cometimento: o acusado, junto com outros dois corréus, em tese, de forma premeditada, mediante disparos de arma de fogo, teriam tentado matar a vítima – a quem efetivamente conseguiram atingir com três disparos –, motivados pelo fato de que esta não teria aceitado fazer parte da facção criminosa supostamente integrada por eles. 3. Quanto ao alegado desaparecimento dos motivos da custódia cautelar pelo decurso do tempo, tenho que o lapso temporal não é suficiente para neutralizar, no caso, a plausibilidade concreta de reiteração delituosa, não só pelas razões de gravidade concreta já pontuadas, como também considerando que o acusado responde a outras duas ações penais por crimes dolosos, uma delas por delito de mesma natureza do ora imputado, qual seja, homicídio qualificado tentado. 4. Ordem concedida para, diante do excesso de prazo verificado na espécie, relaxar a prisão preventiva do réu. Fixadas as medidas cautelares previstas no art. 319, I, IV, V e IX, do CPP. E, de ofício, aplicar o art. 580 do CPP para estender a ordem ao corréu GILVAN OLIVEIRA VERAS. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus nº 0822549-83.2021.8.10.0000, em que figuram como partes os retromencionados, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, por unanimidade e de acordo com o parecer da PGJ, em CONCEDER A ORDEM, para relaxar a prisão preventiva do paciente e fixar as medidas cautelares previstas no art. 319, I, IV, V e IX, do CPP, estendo os efeitos desta decisão, de ofício, ao corréu GILVAN OLIVEIRA VERAS (CPF nº 053.412.923-40), com fundamento no art. 580 do CPP, bem como delegando ao Juízo impetrado a competência para expedição do alvará de soltura, mediante comprovação de residência fixa, e para fixação das condições e fiscalização do cumprimento das medidas, nos termos do voto do relator, Des. Francisco RONALDO MACIEL Oliveira, acompanhado pelo Des. José Luiz Oliveira de Almeida (Presidente/vogal) e pelo Des. Tyrone Jose Silva (vogal). São Luís, 5 de maio de 2022 DESEMBARGADOR Francisco RONALDO MACIEL Oliveira RELATOR (HCCrim 0822549-83.2021.8.10.0000, Rel. Desembargador (a) FRANCISCO RONALDO MACIEL OLIVEIRA, 2ª CÂMARA CRIMINAL, DJe 09/05/2022)